

A Constituinte

O PFL sai do plenário. Nada deu certo.

Não foi por falta de conversas que as lideranças partidárias deixaram de fazer acordo para votar o regimento interno da Assembleia Constituinte. Houve reuniões informais e formais em salas da Câmara, do Senado, dos líderes, em clubes, em apartamentos e, até mesmo, em banheiros. Nada deu certo. O PFL, apoiado pelo PDS, PTB e alguns moderados do PMDB, optou pela tática da ausência — sair do plenário e sair de Brasília, na tentativa de adiar a votação para depois do Carnaval — após o dia 10, em seguida ao vazio parlamentar.

No domingo, os moderados ganharam, conseguindo reabrir o prazo para apresentação de emendas ao regimento. Foram apresentadas mais de 700.

O relator Fernando Henrique Cardoso, porém, frustrou os moderados e mudou pouca coisa. O projeto de decisão, a Comissão de Sistematização, a subordinação da Câmara e do Senado à Constituinte, a possibilidade de realizar consultas populares ainda no processo de elaboração da nova Carta — foram os pontos mais combatidos pelo PFL, PDS, PTB e moderados do PMDB.

Anteontem, durante quase todo o dia, e ontem, pela manhã e à tarde, Ulysses Guimarães conversou com as lideranças, tentando evitar o impasse. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, devidamente orientado pelo Palácio do Planalto, defendeu nova redação ao projeto de decisão, contando com o respaldo do PFL, do PDS, do PTB e setores moderados do PMDB.

Reunião no banheiro

Alguns governadores eleitos foram acionados para solicitar às respectivas bancadas que seguis-

sem a orientação do líder do governo — e não a do líder do PMDB, Luiz Henrique. A única bancada do PMDB que revelou posição favorável a Sant'Anna foi a de Minas — 22 a 10. Mesmo assim o líder Luiz Henrique contestou a posição dos mineiros. Miguel Arraes, de Pernambuco, apoiou Luiz Henrique.

Na bancada da Bahia somente apoiou o líder do governo o deputado Prisco Viana (amigo pessoal de Sarney). Outros 15 ficaram com Luiz Henrique. A do Paraná fechou toda com a liderança da bancada, a exemplo de Goiás, Piauí, Santa Catarina, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso. Algumas bancadas não foram ouvidas, mas pela avaliação final a liderança do PMDB apontava quase 180 votos garantidos de apoio à sua posição, contra apenas 50 alinhados com o líder do governo. O PFL precisava de, pelo menos, 100 votos do PMDB.

Os dois líderes teriam de contar com aliados de outros partidos: Sant'Anna com o PFL, PDS, PTB e moderados do seu partido, e Luiz Henrique com as esquerdas — PT, PCB, PDT, PC do B, os xiitas pró-soberania da Constituinte e, surpreendendo a muitos, o PDC.

À tarde, com a protelação do início da sessão plenária marcada para as 16 horas, o relator Fernando Henrique chamou o líder do PFL, José Lourenço. Quinze minutos depois, Lourenço voltou ao seu gabinete, afirmando: "Fernando Henrique quer reabrir as negociações e nós concordamos".

Aos jornalistas, o líder do PFL informou que o Palácio do Planalto não ficaria descontente se houvesse o confronto: "Será muito bom o presidente ficar sabendo com quem ele conta".

O líder do governo tentou jogar a bancada contra o líder do PMDB



O deputado mineiro Humberto Souto (PFL), vice-presidente ad hoc da mesa da Constituinte, apareceu no gabinete e reuniu-se com José Lourenço, Ricardo Fiúza e com o subchefe da Casa Civil da Presidência da República, Henrique Hargreaves, no banheiro, longe dos jornalistas e de vários deputados.

Ao sair do banheiro, Souto discutiu com Lourenço. "Estou ajudando o Brasil" — disse o deputado mineiro, em voz alta, respondendo ao líder do seu partido. "As decisões são nossas, não do dr. Ulysses" — disse-lhe José Lourenço.

"Não tem acordo"

O líder do PFL reafirmou que a bancada não abriria mão de alguns pontos: mudar a redação do dispositivo que cria o projeto de decisão — que só poderia ser votado em caso de grave ameaça aos trabalhos da Constituinte; suprimir o dispositivo

que instituiu o plebiscito ainda na fase de votação da nova Constituição; não colocar a Câmara e o Senado em recesso pleno; reduzir a competência da Comissão de Sistematização.

Não havia clima para acordo. "O PFL e o PDS ficaram muito desconfiados: o PT, o PCB, os xiitas, o PC do B, o PDT, abrem mão de tudo, menos do 'projeto de decisão'. Então, nós também abrimos mão de tudo, menos do 'projeto de decisão'. Eles não querem mudar e nós queremos mudar. Não tem acordo. Vamos no voto" — insistia José Lourenço, com o apoio de Ricardo Fiúza, Alcenir Guerra, Saulo Queiroz, Mário Assad e muitos outros.

No meio da conversa chegou ao gabinete da liderança do PFL, com seu inseparável chapéu panamá, o ministro da Justiça, Paulo Brossard. Alguém lembrou que não poderiam conversar com o ministro no banheiro. Os jornalistas foram então convidados a se retirar. A conversa foi curta. Brossard disse depois que tinha visitado Luiz Henrique, que fazia aniversário, e viera dar um abraço em José Lourenço. "Mas sei que vocês não vão acreditar nisso" — observou o ministro da Justiça, evitando falar do impasse entre PMDB e PFL na votação do regimento interno. "Não sou constituinte e, portanto, devo respeitar a autonomia dos constituintes" — disse ele, sem disfarçar a ironia.

O experiente Dasso Coimbra, moderado do PMDB fluminense, especialista em previsões de votações, chegou ao gabinete do PFL e também conversou no banheiro. Foi informar que muitos constituintes estavam deixando Brasília — mais de 20 do PFL e quase 40 do PMDB. "No baile Vermelho e Preto do Flamengo vão aparecer muitos constituintes" — previu Dasso Coimbra. O quadro não parecia favorável. Não havia boa coordenação.

O PFL teria apoio para derrubar o dispositivo do regimento interno que criava o projeto de decisão, mas não havia condições políticas e numéricas para derrubar o principal — o substitutivo do relator Fernando Henrique Cardoso que o PMDB apoiava, mesmo com ressalvas dos setores moderados.

Ganhar Tempo

Havia o risco: se votado o substitutivo e, em seguida, o destaque para suprimir ou modificar o dispositivo do projeto de decisão, na segunda votação haveria o risco de falta de quórum. Prevaleceria o original, sendo vitorioso o líder do PMDB, Luiz Henrique e, derrotados, o PFL, o PDS, o PTB e, principalmente, o líder do governo, Carlos Sant'Anna, que já ameaçava renunciar. O PFL resolveu mudar: deixar o plenário com seus eventuais aliados, para evitar o confronto e a queda de Carlos Sant'Anna, procurando ganhar tempo para novas negociações, após o carnaval.

Já no início da noite, os líderes e coordenadores de bancadas do PMDB estavam se mobilizando para garantir o quórum mínimo e aprovar o substitutivo Fernando Henrique — 280 votos a favor. Isso só seria possível se poucos moderados se retraiassem e todas as bancadas esquerdistas permanecessem no plenário, apoiando a liderança do PMDB. "Vai dar para ganhar" — disse o líder Luiz Henrique, por volta das 19 horas. "Também acho", acrescentou João Hermann.

Pouco antes, o líder Carlos Sant'Anna pediu a Luiz Henrique tempo para falar. Ele hesitou, pois não sabia se haveria apoio no regimento. "O que você vai falar?" — indagou. "Vou pedir o adiamento da votação", disse Sant'Anna. A solução foi o líder do governo levantar questão de ordem. Fez o pedido e Ulysses recusou, sendo aplaudido pelo plenário.

ROMPER A ALIANÇA

O PFL ameaça: o PMDB que faça a Carta sozinho.

Manifesto à Nação contra a atitude do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães; proposta de rompimento formal da Aliança Democrática; e euforia com o encontro da própria identidade: esses fatos marcaram, ontem, a reunião das bancadas do PFL na Câmara e no Senado, depois de se retirarem do plenário em protesto contra decisão da Mesa Diretora dos trabalhos. (Abaixo a íntegra do manifesto explicando a posição do partido.)

Ao deixarem os trabalhos legislativos, senadores e deputados caminharam, contentes com sua decisão e irritados com Ulysses, pelos corredores da Câmara rumo ao auditório Nereu Ramos.

"Vamos deixar o PMDB fazer a Constituição sozinho", disse o senador João Lobo (PFL-PD).

"Enquanto o regime for imperial, em que não se dá ao constituinte nem o direito de votar, não participaremos", ameaçou o líder no Senado, Carlos Chiarelli.

"Que os xiitas fiquem lá para votar", recomendou o senador Edison Lobão (PFL-MA).

Ao entrar no auditório Nereu Ramos, o líder na Câmara, José Lourenço, foi recebido com palmas. Ao abrir os trabalhos, afirmou que "o partido é sereno na decisão e rápido na ação. A unidade é importantíssima para que o PFL seja ouvido e acatado. Nossa decisão foi resposta ao edito imperial do presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Demos sinal daquilo que queremos".

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) comemorou — "o PFL nasceu" — e criticou "os radicais e insanos do PMDB".

O deputado Maluly Neto (SP) foi quem propôs a divulgação de manifesto à Nação denunciando que "o PMDB deseja impor pensamento radical, implantar a ditadura da Assembleia Nacional Constituinte" — proposta acolhida pela Mesa, que designou para a tarefa a

seguinte comissão de redação: senadores Edison Lobão (MA) e José Agripino (RN), e deputados Mendes Thame (SP), Oscar Correia Filho (MG), Aroldo Oliveira (RJ).

O deputado Jaime Santana (MA), dado como muito ligado ao presidente José Sarney, reiterou proposta já formulada em reunião da Executiva Nacional, de "rompimento formal da Aliança Democrática, se não for redundância, diante do que aconteceu nessa tarde. O PMDB assume sua identidade com atitudes autocráticas de Ulysses Guimarães. O objetivo do PMDB é instalar o regime parlamentar de governo ou convocar eleições diretas para presidente da República, imediatamente".

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) previu o surgimento do primeiro projeto de decisão, "casando mandatos de senadores e deputados em virtude da prevalência da Constituinte exclusiva, no caso de vingarem as teses do PMDB".

O manifesto, contra os xiitas.

"A bancada do PFL, inteira, se retirou do Plenário em protesto contra a decisão ditatorial do deputado Ulysses Guimarães, negando ao Plenário o poder de deliberar sobre uma importante questão da ordem.

A questão de ordem, levantada pelo PFL, pelo PTB, pelo PDS e pelo PDC, procurava saber de que modo se processaria a votação dos destaques do Substitutivo. Isto porque, o texto elaborado pelo relator do PMDB havia desconhecido deliberadamente inúmeras propostas de emendas feitas pelos demais partidos.

Durante três dias de negociações, o PFL tentou chegar a um entendimento. Mas o grupo radical que tomou conta do PMDB, e que está na origem de todo o episódio, impediu um bom resultado.

O PFL obteve nestes últimos dias significativas vitórias:

- Melhorou o quórum de participação dos chamados pequenos partidos;
- retirou da Comissão de Sistematização os superpoderes do projeto original e obrigou-a a obedecer, na sua composição, os critérios de proporcionalidade;
- conseguiu mudar formas de votação, criando mecanismos mais democráticos.

No entanto, com relação ao chamado "Projeto de Decisão", a irreducibilidade do grupo radical do PMDB foi total. Superou até a boa vontade do próprio relator.

O Projeto de Decisão, considerado "grande inovação" pelo grupo que se intitula de "grupo pró-soberania", é um dispositivo estranho, que precisa ser melhor conhecido. Diz assim o Regimento proposto pelo relator:

"§ 7º — Os projetos de decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembleia Nacional Constituinte, não compreendida nas demais proposições, necessitando ter o apoio de 1/3 dos constituintes e serão submetidas a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de 5 dias, cabendo ao plenário, em 2 turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário".

Ora, este texto confuso e mal alinhavado provoca muitas indagações:

- Que significa matéria de relevância?
- Quem decide se a matéria é relevante, para ser proposta?
- Como entender a expressão "para a Assembleia Nacional Constituinte"? É a opinião dela ou é fato importante que pode influir no seu desempenho?
- O apoio de 1/3 dos constituintes significa que o PMDB, isoladamente, pode ser sempre o juiz desta relevância?
- A votação por maioria absoluta garante, também, ao PMDB, isoladamente, ser o dono das iniciativas?

Diante de tais dubiedades, o PFL tentou fazer o texto ficar mais claro e propôs que estas questões fossem definidas, mas isto lhe foi negado.

Portanto, com este texto confuso, fica a bancada do PMDB com plenos poderes para, quando quiser e quando bem entender, de forma isolada e prepotente, atropelar as tarefas constitucionais e desorganizar todo o quadro institucional do País.

O PFL entende que a Constituinte foi convocada exclusivamente para elaborar uma Constituição, de forma soberana e livre, e por este motivo não concorda, nem concordará, com qualquer iniciativa que venha a desvirtuar os propósitos que provocaram a sua convocação.

Por tudo isto, o PFL denuncia ao Brasil a grande farsa que um grupo radical do PMDB pretende impor à esmagadora maioria da sociedade brasileira.

Nós do PFL compartilhamos do desejo do povo brasileiro de ver a Constituição pronta e acabada no menor prazo possível. E achamos, também, que os eventuais atrasos na votação do Regimento, para que ele seja um instrumento mais democrático, causam danos infinitamente menores do que os atrasos fatais que a elaboração do texto constitucional vai sofrer cada vez que os trabalhos forem interrompidos pelo extemporâneo atropelamento das chamadas "matérias de relevância".